GAZETA DO OESTE

ANO II Nº 64 Avenida ACM 650- 2ª Andar- Sala 202-(Prédio da Indusmaq) Centro -Barreiras- BA Tel. (77) 3612 74 76 30 de janeiro de 2008

ATOS OFICIAIS

Prefeituras e Câmaras prestam contas à população

Em cumprimento ao princípio constitucional e a Lei nº 101/2000, a Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto zelando pela transparência das contas públicas municipais, coloca à disposição da população documentos diversos para a devida prestação de contas.

A publicação impressa e eletrônica de anexos dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF é uma exigência da Constituição Federal que estabelece que o Poder Executivo os publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e quadrimestre. O objetivo dessa periodicidade é permitir que, cada vez mais, os órgãos de controle externo e a sociedade, conhecam, acompanhem e analisem o desempenho da administração municipal.

Prefeitos lutam por uma distribuição mais justa de recursos financeiros

Orlando Santiago busca melhores indicadores sociais com o Pacto Federativo

Os municípios têm reivindicado há vários anos, um novo pacto federativo que redefina as competências de cada ente federado e, conseqüentemente, realize a redistribuição de recursos financeiros entre as cidades brasileiras, para que essas tenham condições de atender às suas crescentes responsabilidades e possam prestar serviços de qualidade à população. O que mais preocupa os prefeitos, é que os municípios recebem recursos bem menores que a União, referentes às contribuições, a exemplo da tão discutida Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Considerando apenas as receitas correntes disponíveis para a União, os estados e os municípios entre 2004 e 2005, depois da contabilização de todas as transferências entre os entes federados, constatou-se uma relevante diferença de repasses. Segundo o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), a União ficou com 93,2% dos recursos (R$ 279 bilhões), os estados com 4,8% (R$ 13 bilhões) e os municípios com apenas 2% (R$ 5 bilhões). No mesmo período, a União arrecadou um valor líquido de R$ 147 bilhões em contribuições.

Diante dessas cifras e disparidades, é que gestores públicos municipais insistem em uma distribuição mais justa de recursos referentes às contribuições. Muitos são categóricos ao afirmar que com o que recebem atualmente, podemos somente administrar a folha de pagamento, sobrando poucos recursos para obras e investimentos. Além disso, prefeitos também apontam que os municípios têm comprometido, em média, 4,5% das suas receitas correntes com o custeio de ações e serviços que deveriam ser de exclusiva responsabilidade da União e dos estados, como o transporte escolar, a segurança pública, o reparo de escolas e as delegacias.

Na opinião do IBAM, para que se promova em favor dos cidadãos brasileiros o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional, o pacto federativo deve promover o equilíbrio das finanças municipais, função esta que está longe de ser suficiente por meio dos repasses do FPM. São três as principais causas do desequilíbrio do pacto federativo, conforme apontam os gestores municipais: concentração dos royalties e participação especial devidos pela produção de petróleo e gás natural em poucos estados e municípios; criação do Fundo de Contribuição do

Distrito Federal (FCDF) em 2003 no valor de R$ 2,9 bilhões (em 2007 foram destinados ao Distrito Federal, unidade federativa que tem a maior renda per capita do Brasil, R$ 6 bilhões) e a manutenção da renúncia fiscal da Zona Franca de Manaus.

"O MAIOR PEDAÇO DO BOLO VAI PARA..." - Em 1994 a participação dos municípios no bolo tributário era de 19%; Hoje, é de apenas 13% de todos os impostos e contribuições arrecadadas no País. Daí a explicação da atual situação das prefeituras, que vivem com dificuldades, haja vista que a Constituição de 1988 aumentou as responsabilidades de muitas prestações de serviços municipais. Em contrapartida, o Governo Federal não tem cooperado para o pacto federativo mais justo, ou seja, não tem distribuído os recursos na mesma proporção que aumentam as responsabilidades das cidades, dificultando bastante a gestão dos prefeitos.

No intuito de favorecer a determinados setores de serviços públicos à população, o legislador vinculou em demasia os recursos públicos. Com isso, as vinculações e sub-vinculações em um município podem chegar a quase 100% das receitas. Hoje, somente com educação o gasto mínimo é de 25%, na saúde é de 15%, Câmara de Vereadores 8%, PASEP 1%, vinculando-se somente aí 49% das receitas, ora parcelamentos de débitos com precatórios INSS, FGTS, entre outras sub-vinculações, dificultando a ação do prefeito para promover políticas locais de desenvolvimento.

Segundo cálculos do IBAM, para equalizar o bem-estar da população, cuja aferição é expressa pelos IDHs, os municípios brasileiros precisariam receber um montante adicional de R$ 81,7 bilhões, em valores de 2005, por meio de critérios que estão detalhados em estudo que se encontra no endereço eletrônico www.ibam.org.br. O que defende os prefeitos é que os municípios brasileiros tenham um pacto federativo que o faça ser grande enquanto ente federado, não precisando mais se colocar na posição de um eterno pedinte de recursos da União, nem, principalmente, deixar de suprir as necessidades da população representada.

Para o presidente da UPB, Orlando Santiago, a partilha dos recursos e a evolução da receita própria do município são propulsores da melhor qualidade de vida do cidadão. "Temos trabalhado para que os recursos cheguem aos municípios. Somente com eles, o prefeito poderá fazer um investimento mais preciso na área social, elevando a qualidade de vida. Os recursos para as áreas da saúde, da educação, da segurança, da assistência social são muito melhor aplicados nos municípios. O cidadão, quando necessita de atendimento, bate à porta de quem está mais próximo. É neste momento, sensível às dificuldades locais, que trabalhamos para que um novo Pacto Federativo seja instituído".

A FRAGILIDADE FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS

François E. J. de Bremaeker
Economista e Geógrafo
Consultor da Dom Publicações Legais
(bremaeker@rededom.org)

Os dados das finanças governamentais para o ano de 2006 mostram que os Municípios brasileiros são responsáveis por apenas 5,5% da arrecadação tributária do País, enquanto que os Estados arrecadam 26,6% e o Governo federal concentra 67,9% desta arrecadação.

Após a contabilização das transferências constitucionais e voluntárias (convênios e repasses específicos) realizadas entre os entes da federação, os Municípios ficam com 17,0% destes recursos, contra 27,9% dos Estados e 55,1% do Governo federal.

A composição das receitas municipais mostra que, em média, 72,27% dos recursos são oriundos de transferências, enquanto que apenas 17,21% provêm dos seus tributos e 10,52% de outros tipos de receitas.

TABELA 1

DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS SEGUNDO OS GRUPOS DE HABITANTES NO ANO DE 2006 (*)

GRUPOS DE HABITANTES (por mil)	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (R$)	RECEITA TRIBUTÁRIA (R$)	RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS (R$)	OUTRAS RECEITAS (R$)
até 2	697,298,480	10,754,474	615,634,673	30,909,333
2 ├ 5	7,083,006,333	188,874,349	5,671,873,799	222,057,185
5 ├ 10	10,244,019,200	449,333,265	9,515,248,544	279,437,191
10 ├ 20	17,417,601,580	843,256,980	15,993,329,976	580,015,644
20 ├ 50	25,781,758,577	1,815,743,525	22,634,041,788	1,331,973,363
50 ├ 100	19,415,420,511	2,236,561,431	15,662,265,141	1,517,593,939
100 ├ 200	19,112,067,385	2,699,732,930	13,886,259,908	2,526,074,547
200 ├ 500	26,486,929,163	5,077,503,954	17,772,411,010	3,617,014,199
500 ├ 1000	14,544,948,254	2,952,132,906	9,925,240,238	1,667,574,910
1000 ├ 5000	20,227,953,186	5,354,403,490	11,369,166,305	3,504,383,391
5000 e mais	25,650,566,936	10,555,291,182	10,943,020,278	4,352,277,476

FONTE: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional – 2006.

(*) Dados expandidos a partir de uma amostra de 4.604 Municípios. Não são incluídos Brasília (DF) e Fernando de Noronha (PE).

Entretanto, esta composição não é a mesma para todos os Municípios. Para os 3.952 Municípios com população até 20 mil habitantes, que representam 71,1% do total de unidades no País, a participação da receita tributária é inferior a 5% do montante da receita municipal, sendo que para os Municípios com população até 5 mil habitantes (24,6% do total), esta participação não vai além de 2,67%.

Apenas os 129 Municípios com população superior a 200 mil habitantes (que representam 2,3% do seu total) conseguem superar a média nacional de receita tributária municipal, sendo que mesmo os de maior porte demográfico, com população superior a 5 milhões de

habitantes (São Paulo e Rio de Janeiro), não vão além de 40,83%, em média.

Em razão desta forte dependência financeira das transferências é muito comum ser alardeado que os Municípios não gostam de cobrar tributos e preferem viver destas transferências. Mas isto é uma falsa premissa que não condiz com a realidade.

A capacidade de arrecadação de tributos por parte dos Governos municipais no Brasil é extremamente limitada.

Em primeiro lugar verifica-se que a maioria dos Municípios tem sua principal atividade econômica relacionada às atividades rurais, enquanto que os impostos municipais são de base tributária urbana, como é o caso do Imposto sobre Serviços e do Imposto Predial e Territorial Urbano. Estes dois impostos são responsáveis por 83,3% de toda a arrecadação municipal e estão fortemente concentrados nos Municípios de maior porte demográfico: 74,5% dos tributos municipais são arrecadados por aqueles com população superior a 200 mil habitantes.

Em segundo lugar a dificuldade dos Municípios em arrecadar tributos está relacionada à pobreza da população aliada à má distribuição da renda. Segundo dados apurados para o ano de 2000, que se mantém praticamente inalterados conforme levantamentos mais atuais realizados através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, nada menos que 79,7% da renda pessoal se encontra concentrada em 10,1% dos Municípios (aqueles com população acima de 50 mil habitantes). Em oposição, verifica-se que apenas 4,3% da renda pessoal está concentrada em 48,1% dos Municípios (aqueles com população inferior a 10 mil habitantes).

As desigualdades na composição da receita municipal, principalmente em relação à receita tributária, é notória quando se verifica a sua distribuição em nível regional. É flagrante a diferença existente entre as regiões Norte e Nordeste e a região Sudeste do País.

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES NO ANO DE 2006(*)

BRASIL E GRANDES REGIÕES	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (R$)	RECEITA TRIBUTÁRIA (R$)	RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS (R$)	OUTRAS RECEITAS (R$)
BRASIL	166,901,466,907	32,152,889,397	134,066,581,660	16,680,211,180
Norte	12,176,511,597	1,395,896,239	10,368,678,650	723,945,708
Nordeste	39,736,532,364	3,476,293,150	34,426,736,360	1,835,696,842
Sudeste	95,029,205,710	21,825,136,692	61,063,293,306	12,040,885,712
Sul	28,909,269,264	4,321,350,436	25,215,211,575	3,999,326,943
Centro-oeste	11,249,758,966	1,394,513,541	8,788,670,779	1,080,374,975

FONTE: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional – 2006.

(*) Dados expendidos a partir de uma amostra de 4,664 Municípios. Não são incluídos Brasília (DF) e Fernando de Noronha (PE).

Estes números conseguem expressar melhor o que venha a ser a realidade municipal brasileira e mostrar as enormes desigualdades existentes entre os Municípios, quando são convertidos em valores "per capita".

Interessante observar que os valores das receitas "per capita" são mais elevados nos Municípios de menor porte demográfico, em razão do montante de recursos transferidos pelo Governo federal à conta do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), vez que este montante, em cada Estado, é igual para todos os Municípios com população até 10.188 habitantes, o que faz com que os Municípios com população até 2 mil habitantes e aqueles com população entre 2 mil e 5 mil habitantes apresentem valores "per capita" bastante significativos.

À medida em que vai aumentando o porte demográfico dos Municípios também vai caindo o valor da receita "per capita". Isto acontece para aqueles até 50 mil habitantes. A partir deste ponto começa um lento processo de recuperação, muito embora sejam registrados valores abaixo da média da receita "per capita" nacional para os Municípios até 1 milhão de habitantes, exceto para os Municípios com população entre 100 mil e 200 mil habitantes, que superaram de pouco a média nacional.

Os Municípios com população acima de 1 milhão de habitantes passam a apresentar valores "per capita" acima da média nacional, destacando-se os Municípios com população acima de 5 milhões de habitantes, mesmo

assim, com um valor abaixo daquele apresentado pelos Municípios com população entre 2 mil e 5 mil habitantes. Entretanto, vale à pena destacar que estes são valores médios, que apresentam variações relativamente elevadas em nível regional.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS "PER CAPITA" SEGUNDO OS GRUPOS DE HABITANTES NO ANO DE 2006 (*)

GRUPOS DE HABITANTES (por mil)	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (R$)	RECEITA TRIBUTÁRIA (R$)	RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS (R$)	OUTRAS RECEITAS (R$)
TOTAL	1.013,11	174,38	732,10	106,63
até 2	3,041,34	48,76	2,849,59	143,02
2 ├ 5	1,827,15	43,41	1,832,73	51,01
5 ├ 10	1,096,28	48,17	1,203,15	29,96
10 ├ 20	936,74	45,35	893,15	31,24
20 ├ 50	825,01	58,10	724,29	42,62
50 ├ 100	866,81	102,57	718,61	69,63
100 ├ 200	1.025,52	143,83	748,09	137,70
200 ├ 500	923,29	177,13	619,88	126,18
500 ├ 1000	937,65	190,31	639,84	107,90
1000 ├ 5000	1,067,14	382,47	599,79	184,88
5000 e mais	1,907,03	615,35	837,95	253,73

FONTE: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional – 2006.

(*) Dados expendidos a partir de uma amostra de 4,664 Municípios. Não são incluídos Brasília (DF) e Fernando de Noronha (PE).

De fato, verifica-se que as desigualdades entre as regiões Norte e Nordeste em relação às demais são flagrantes, variando de um mínimo de 27,5% a um máximo de 55,1%, em relação aos extremos dos dois blocos regionais.

Pode-se observar que em todos os tipos de receitas, sejam elas as tributárias, as de transferências de recursos ou mesmo em relação às outras receitas, sempre as regiões Norte e Nordeste apresentam valores "per capita" bem abaixo daqueles encontrados nas demais regiões.

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS "PER CAPITA" SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES NO ANO DE 2006(*)

BRASIL E GRANDES REGIÕES	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (R$)	RECEITA TRIBUTÁRIA (R$)	RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS (R$)	OUTRAS RECEITAS (R$)
BRASIL	1.013,11	174,38	732,10	106,63
Norte	810,71	70,55	691,83	48,13
Nordeste	770,03	67,36	667,10	35,57
Sudeste	1.194,42	275,58	767,90	151,34

Sul	1.047,47	158,23	744,05	145,19
Centro-oeste	1.033,44	125,38	807,45	100,64

FONTE: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional – 2005.

(*) Dados expandidos a partir de uma amostra de 4.854 Municípios. Não são indicados Brasília (DF) e Fernando de Noronha (PE).

Um exemplo destas desigualdades são encontradas nos Municípios com população entre 1 milhão e 5 milhões de habitantes. Enquanto a média nacional deste grupo é de R$ 1.067,14, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste todos os Municípios apresentam valores acima dele; em contrapartida, dos 5 Municípios das regiões Norte e Nordeste, apenas o de Recife apresenta resultado acima da média.

Ao ser efetuada a distribuição da população segundo grupos de receita "per capita", são registrados números verdadeiramente alarmantes:

- a participação da população brasileira que vive em Municípios cuja receita "per capita" é inferior a R$ 750,00, considerados em situação de miserabilidade ou de pobreza, é de 31,53%, sendo que na região Norte ela alcança 49,96% da sua população e na região Nordeste chega a 59,61% da sua população;
- a participação da população brasileira que vive em Municípios cuja receita "per capita" varia de R$ 750,00 a R$ 1.499,99, considerados em situação delicada ou razoável, é de 53,84%, sendo que na região Centro-oeste ela alcança 69,29% da sua população e na região Sul chega a 62,65% da sua população; e
- a participação da população brasileira que vive em Municípios cuja receita "per capita" é superior a R$ 1.500,00, considerados em situação boa a ótima, é de apenas 14,63%, variando de um máximo de 24,51% para a região Sudeste a um mínimo de 1,66% para a região Nordeste.

Outras constatações não menos preocupantes dizem respeito à relação existente entre os valores das receitas "per capita" e aqueles encontrados nos Índices de Desenvolvimento Humano municipais (IDH) e nos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Se efetivamente procura-se o desenvolvimento local em cidades, através de processos de investimento em capital social para desenvolver ativos econômicos, ambientais, humanos, sociais e políticos, é absolutamente indispensável que exista vontade política por parte do Governo federal e dos Governos estaduais no sentido de se construir um novo pacto federativo, através do qual sejam fornecidos aos Municípios os meios financeiros para que possam prestar aos seus cidadãos serviços de qualidade, que resultem em melhoria principalmente nas áreas da educação, da saúde e da assistência social.

Quando os Municípios tiverem ampliada sua participação na distribuição federativa dos recursos, a população será atendida de forma adequada por eles, sendo que o resultado a longo prazo se fará sentir através da sustentabilidade do processo de desenvolvimento. E isto que todos os cidadãos deste País merecem e deveriam ter direito a receber.

A maneira de alcançar este objetivo é a redução das desigualdades na distribuição "per capita" dos recursos financeiros. E isto somente acontecerá pela via do aumento das transferências constitucionais aos Municípios, vez que pela via tributária local é simplesmente impossível, dadas às condições sócio-econômicas da população. O Município é um espelho da triste realidade brasileira.

Uma nova pactuação federativa se daria da seguinte forma:

- pela ampliação da transferência federal do Fundo de Participação dos Municípios dos atuais 23,5% para 35%, sendo os recursos distribuídos segundo os atuais critérios;
- pela ampliação da transferência estadual do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores dos atuais 50% para 100%, sendo os recursos distribuídos segundo os atuais critérios;
- pela ampliação da transferência estadual do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços dos atuais 25% para 35%, sendo os recursos distribuídos segundo os atuais critérios para os 25% e os 10% adicionais sendo distribuídos exclusivamente pelo fator população; e
- pela transferência de 30% das contribuições federais (excetuada a contribuição previdenciária), de tal forma que se procure entregar pelo menos R$ 1.500,00 aos Municípios que apresentarem receita "per capita" abaixo deste valor, como forma de reduzir as desigualdades existentes entre eles. Estes recursos das contribuições federais seriam destinados exclusivamente para as áreas sociais, sendo que, depois de atingidos os valores mínimos, o resíduo seria redistribuído igualmente para todos os Municípios.

De nada adianta o País perseguir pura e simplesmente o crescimento econômico e se descuidar da área social, vez que o requisito básico para este crescimento se dar de forma sustentada no longo prazo passa pela melhora das condições sociais da população.

Infelizmente todas as reformas apresentadas à sociedade brasileira, como que prometendo a resolução dos problemas do País, não passam de verdadeiras panacéias, vez que não atendem aos legítimos anseios de imensa parcela da população mais necessitada.

O Município deve ser o principal agente desta transformação, pois a população vive nos Municípios e são os agentes políticos locais aqueles que têm conhecimento das reais necessidades da população. O País somente será uma nação socialmente justa no dia em que o Município for um ente governamental forte.

6º Bimestre e 3º Quadrimestre de 2007

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2007 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I (Portaria STN Nº 471) — R$ Milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	%(b/a)	Até o Bim (c)	%(c/a)	
RECEITAS CORRENTES	23.323.668,54	23.323.668,54	6.015.884,70	25,79	27.473.445,86	117,79	-4.149.777,32
RECEITA TRIBUTARIA	886.869,13	886.869,13	344.767,89	38,87	1.792.635,58	202,13	-905.766,45
IMPOSTOS	870.369,21	870.369,21	344.112,16	39,54	1.770.484,02	203,42	-900.114,81
Taxas	16.499,92	16.499,92	655,73	3,97	22.151,56	134,25	-5.651,64
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	139.688,50	139.688,50	43.784,60	31,34	257.913,93	184,64	-118.225,43
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	470.771,78	470.771,78	0,00	0,00	0,00	0,00	470.771,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.469.967,58	21.469.967,58	5.619.595,64	26,17	25.326.969,97	117,96	-3.857.002,39
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	21.369.967,58	21.369.967,58	5.619.595,64	26,30	25.313.369,97	118,45	-3.943.402,39
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	13.600,00	13,60	86.400,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	356.371,55	356.371,55	7.736,57	2,17	95.926,38	26,92	260.445,17
MULTAS E JUROS	4.242,35	4.242,35	3.848,69	90,72	28.032,61	660,76	-23.790,26
Indenizações e Restituições	238.670,91	238.670,91	1.964,79	0,82	7.550,16	3,16	231.120,75
Receitas da Dívida Ativa	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	3.254,86	6,51	46.745,14
Receitas Diversas	63.458,29	63.458,29	1.923,09	3,03	57.088,75	89,96	6.369,54
RECEITAS DE CAPITAL	3.176.331,46	3.176.331,46	400.000,00	12,59	1.992.833,33	62,74	1.183.498,13
OPERACOES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	26.500.000,00	26.500.000,00	6.415.884,70	24,21	29.466.279,19	111,19	-2.966.279,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	26.500.000,00	26.500.000,00	6.415.884,70	24,21	29.466.279,19	111,19	-2.966.279,19
DÉFICIT (IV)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL (V) = (III + IV)	26.500.000,00	26.500.000,00	6.415.884,70	24,21	29.466.279,19	111,19	-2.966.279,19
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	1.424.164,96	-	-

FONTE:

ATOS OFICIAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2007 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I (Portaria STN Nº 471)

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)=(a)+(b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
				No Bimestre (d)	Até o Bimestre(e)	No Bimestre (f)	Até o Bimestre (g)	% (g/c)	(c-g)
DESPESAS CORRENTES	19.257.493,44	4.094.288,15	23.351.781,59	3.328.955,88	23.346.479,28	4.914.354,27	23.346.479,28	99,98	5.302,31
DESPESAS DE CUSTEIO	10.245.078,40	2.035.182,77	12.280.261,17	2.348.005,08	12.276.892,59	2.501.346,77	12.276.892,59	99,97	3.368,58
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	120.000,00	11.056,51	131.056,51	-387,25	131.056,51	17.009,30	131.056,51	100,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.892.415,04	2.048.048,87	10.940.463,91	981.338,05	10.938.530,18	2.395.998,20	10.938.530,18	99,98	1.933,73
DESPESAS DE CAPITAL	6.817.506,56	-3.480.311,00	3.337.195,56	279.453,06	3.337.195,56	775.463,72	3.337.195,56	100,00	0,00
INVESTIMENTOS	6.489.506,56	-3.510.252,36	2.979.254,20	201.749,85	2.979.254,20	697.760,51	2.979.254,20	100,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	28.000,00	-22.000,00	6.000,00	1.500,00	6.000,00	1.500,00	6.000,00	100,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	300.000,00	51.941,36	351.941,36	76.203,21	351.941,36	76.203,21	351.941,36	100,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	425.000,00	-425.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	26.500.000,00	188.977,15	26.688.977,15	3.608.408,94	26.683.674,84	5.689.817,99	26.683.674,84	99,98	5.302,31
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	26.500.000,00	188.977,15	26.688.977,15	3.608.408,94	26.683.674,84	5.689.817,99	26.683.674,84	99,98	5.302,31
SUPERAVIT (IX)	-	-	-	-	-	-	2.782.604,35	-	-
TOTAL (X) = (VIII + IX)	26.500.000,00	188.977,15	26.688.977,15	3.608.408,94	26.683.674,84	5.689.817,99	29.466.279,19	110,41	-2.777.302,04

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2007/ BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				SALDO (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até bimestre (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
LEGISLATIVA	1.400.000,00	1.465.648,09	260.648,19	1.461.311,50	260.648,19	1.461.311,50	5,48	99,70	4.336,59
AÇÃO LEGISLATIVA	1.400.000,00	1.465.648,09	260.648,19	1.461.311,50	260.648,19	1.461.311,50	5,48	99,70	4.336,59
ADMINISTRAÇÃO	2.725.690,78	3.614.394,33	461.207,87	3.614.394,33	748.634,60	3.614.394,33	13,55	100,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.641.190,78	3.613.994,33	461.207,87	3.613.994,33	748.634,60	3.613.994,33	13,54	99,99	0,00
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	84.500,00	400,00	0,00	400,00	0,00	400,00	0,00	0,01	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.247.375,75	1.344.924,36	173.407,64	1.344.924,36	359.250,51	1.344.924,36	5,04	100,00	0,00
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.247.375,75	1.344.924,36	173.407,64	1.344.924,36	359.250,51	1.344.924,36	5,04	100,00	0,00
SAÚDE	4.815.514,73	5.414.201,97	558.671,22	5.414.201,97	1.020.107,63	5.414.201,97	20,29	100,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	55.000,00	29.074,06	5.441,08	29.074,06	5.441,06	29.074,06	0,11	0,54	0,00
ATENÇÃO BÁSICA	4.421.974,98	5.024.472,21	490.946,64	5.024.472,21	929.000,68	5.024.472,21	18,83	92,80	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	5.161,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	333.378,40	360.655,68	62.283,50	360.655,68	85.665,87	360.655,68	1,36	6,66	0,00
EDUCAÇÃO	8.082.918,74	8.624.441,72	1.342.387,15	8.624.441,72	2.236.785,89	8.624.441,72	32,32	100,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	216.400,00	191.050,36	3.393,36	191.050,36	40.556,89	191.050,36	0,72	2,22	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	280.000,00	279.177,74	-26.897,26	279.177,74	69.944,25	279.177,74	1,05	3,24	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL	6.864.715,29	7.446.129,17	1.275.304,24	7.446.129,17	2.011.451,80	7.446.129,17	27,91	86,34	0,00
ENSINO MÉDIO	355.000,00	479.359,61	86.994,27	479.359,61	98.731,29	479.359,61	1,80	5,56	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	139.700,00	83.285,84	3.592,54	83.285,84	16.101,66	83.285,84	0,31	0,97	0,00
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO	227.103,45	145.439,00	0,00	145.439,00	0,00	145.439,00	0,55	1,69	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCE	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	4.020.000,00	3.362.807,24	368.097,62	3.362.807,24	484.220,53	3.362.807,24	12,60	100,00	0,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	3.460.000,00	2.764.716,54	222.930,23	2.764.716,54	289.423,33	2.764.716,54	10,36	82,21	0,00
SERVIÇOS URBANOS	560.000,00	598.090,70	145.167,39	598.090,70	194.797,20	598.090,70	2,24	17,79	0,00
HABITAÇÃO	1.450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO URBANA	1.450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	290.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	265.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	123.000,00	278.497,69	75.822,45	278.497,69	78.821,99	278.497,69	1,04	100,00	0,00
CONTROLE AMBIENTAL	123.000,00	278.497,69	75.822,45	278.497,69	78.821,99	278.497,69	1,04	100,00	0,00
AGRICULTURA	862.500,00	1.337.937,78	150.532,00	1.337.937,78	196.998,30	1.337.937,78	5,01	100,00	0,00
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FOMENTO AO TRABALHO	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	380.000,00	835.652,99	106.673,31	835.652,99	151.839,61	835.652,99	3,13	62,46	0,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	417.500,00	502.284,79	43.858,69	502.284,79	45.158,69	502.284,79	1,88	37,54	0,00
ENERGIA	150.000,00	20.732,40	-1.100,00	20.732,40	4.750,40	20.732,40	0,08	100,00	0,00
SERVIÇOS URBANOS	40.000,00	20.732,40	-1.100,00	20.732,40	4.750,40	20.732,40	0,08	100,00	0,00
ENERGIA ELÉTRICA	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	280.000,00	346.669,60	81.857,03	346.669,60	121.783,91	346.669,60	1,30	100,00	0,00
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	280.000,00	346.669,60	81.857,03	346.669,60	121.783,91	346.669,60	1,30	100,00	0,00
DESPORTO E LAZER	452.000,00	156.051,36	33.772,56	156.051,36	43.089,51	156.051,36	0,58	100,00	0,00
DESPORTO COMUNITÁRIO	332.000,00	156.051,36	33.772,56	156.051,36	43.089,51	156.051,36	0,58	100,00	0,00
LAZER	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	589.000,00	721.704,87	103.105,21	721.704,87	134.726,53	721.704,87	2,70	100,00	0,00
SERVIÇO DA DIVIDA INTERNA	589.000,00	721.704,87	103.105,21	721.704,87	134.726,53	721.704,87	2,70	100,00	0,00

ATOS OFICIAIS

TOTAL	26.500.000,00	26.688.011,43	3.608.408,94	26.683.674,84	5.689.817,99	26.683.674,84	100,00	99,98	4.336,59

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2007 A DEZEMBRO/2007

LRF, Art 53, inciso I, - Anexo III (Portaria STN Nº 471) — R$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2007
	01/2007	02/2007	03/2007	04/2007	05/2007	06/2007	07/2007	08/2007	09/2007	10/2007	11/2007	12/2007		
RECEITAS CORRENTES(I)	1.430.720,52	2.195.994,82	2.245.265,73	2.290.777,36	2.713.971,23	2.524.638,29	2.523.789,74	2.446.884,33	2.688.921,66	2.902.587,38	2.474.958,87	4.281.921,02	30.720.430,95	25.802.777,08
RECEITA TRIBUTARIA	165.820,65	105.630,75	80.423,57	126.994,77	187.441,09	117.253,61	142.090,46	130.258,15	283.556,96	108.397,69	135.336,98	209.430,91	1.792.635,58	886.869,13
I P T U	760,96	37,91	3.780,74	806,71	0,00	66,83	17,00	807,40	1.899,20	9.490,24	6.199,87	1.987,19	25.854,05	25.000,00
I T I V	200,00	14.457,56	19.086,42	43.881,22	30.139,87	37.909,34	18.320,12	43.679,73	90.233,69	4.240,00	4.040,00	49.558,58	355.746,53	235.721,51
Outras Receitas Tributárias	164.859,69	91.135,28	57.556,41	82.306,84	157.301,22	79.277,44	123.753,34	85.771,02	191.424,06	94.667,45	125.097,11	157.885,14	1.411.035,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	14.477,66	27.035,89	22.925,19	26.919,66	20.115,90	21.567,73	23.808,37	11.486,83	20.994,23	24.797,88	22.537,92	21.246,68	257.913,93	139.688,50
RECEITAS INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	470.771,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.246.722,88	2.040.780,69	2.114.983,18	2.130.685,13	2.500.360,62	2.378.571,70	2.356.100,22	2.301.609,35	2.379.129,01	2.764.421,45	2.314.055,93	4.046.534,90	28.573.955,06	23.949.076,12
Cota-Parte do FPM	259.474,95	654.050,66	542.551,42	673.693,50	693.110,18	708.387,73	551.639,80	582.070,08	598.112,96	565.302,56	662.807,79	980.813,43	7.472.015,06	6.392.608,10
Cota - Parte do ICMS	598.598,58	822.030,58	880.506,48	767.713,58	1.078.245,60	919.035,20	1.058.879,60	869.282,90	1.011.321,66	1.202.186,80	887.704,81	1.065.667,17	11.161.172,96	10.034.524,27
Cota - Parte do IPVA	3.139,60	3.544,50	6.386,02	3.321,25	5.274,95	7.595,93	4.607,85	4.028,57	3.606,30	6.068,60	1.373,93	1.120,54	50.068,13	38.951,12
Cota - Parte do IPI	25.755,70	21.497,47	19.839,66	20.730,09	21.109,15	23.602,16	37.016,04	10.613,82	26.757,78	28.490,98	28.012,56	28.934,28	292.359,69	181.081,77
MULTIGOVERNAMENTAIS	180.403,57	321.431,36	387.562,88	455.648,99	477.935,92	458.613,39	389.866,84	445.683,93	441.276,52	467.219,93	431.488,52	762.980,46	5.220.112,27	3.452.715,29
Outras Transferências Correntes	179.350,48	218.226,03	278.136,72	209.577,72	224.684,82	261.337,33	314.090,00	389.930,05	298.053,79	495.152,58	302.668,32	1.207.019,02	4.378.226,95	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.699,34	22.547,49	26.033,79	6.177,80	6.053,62	7.245,25	1.790,60	3.530,00	5.241,47	4.970,36	3.028,04	4.708,53	96.026,35	356.371,55
CONTAS RETIFICADORAS(II)	-128.711,00	-221.412,16	-237.170,06	-261.414,66	-295.302,17	-270.404,42	-273.739,21	-242.858,88	-268.869,95	-306.107,39	-260.699,72	-480.295,47	-3.246.985,09	-2.479.108,54
Dedução da Cota-Parte do FPM para o Fundef	-38.921,21	-98.107,56	-90.389,03	-133.203,93	-115.472,11	-118.077,33	-91.903,15	-96.972,83	-99.607,36	-94.179,70	-110.423,73	-223.001,38	-1.310.259,31	-958.890,67
Dedução Cota-Parte do ICMS Exp. para o Fundef	0,00	0,00	-146.692,38	0,00	0,00	0,00	-1.430,67	-1.430,67	-1.430,67	-1.430,67	-1.430,67	-1.430,67	-155.276,40	-15.039,87
Dedução cota parte do ITR para o Fundef	0,00	0,00	-88,66	-309,65	-194,34	-400,24	-4.706,70	-1.080,60	-175,60	-13.765,94	-1.190,61	-1.120,77	-23.033,11	0,00
Dedução Cota-Parte ICMS Estado para o Fundef	-89.789,79	-123.304,60	0,00	-127.901,08	-179.635,72	-151.926,85	-175.698,69	-143.374,78	-167.656,32	-196.731,08	-147.654,71	-254.742,65	-1.758.416,27	-1.505.178,00
REC. CORR. LÍQUIDA (I-II)	1.302.009,52	1.974.582,66	2.008.095,67	2.029.362,70	2.418.669,06	2.254.233,87	2.250.050,53	2.204.025,45	2.420.051,71	2.596.479,99	2.214.259,15	3.801.625,55	27.473.445,86	23.323.668,54

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RÉGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2007 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF,Art. 53, Inciso II - Anexo V (Portaria STN Nº 471) — R$ Milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No bimestre	Período Atual até o Bimestre	Período Anterior Até o Bimestre
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Militar Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Militar Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciaria entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ATOS OFICIAIS

RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No bimestre	Período Atual até o Bimestre	Período Anterior Até o Bimestre
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	MÊS ANT.	MÊS REF.	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Exercício Anterior	Exercício Atual
SALDO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2007/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, art 53, inciso III - Anexo VI (Portaria STN Nº 471) R$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2006 (a)	Em 31 Out 2007 (b)	Em 31 Dez 2007 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA (I)	5.393.635,28	5.138.888,72	5.257.823,94
DEDUÇÕES (II)	2.961.691,08	5.325.232,27	5.680.534,09
Ativo Disponível	3.670.237,87	5.397.487,43	5.849.248,61
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos à Pagar Processados	708.546,79	72.255,16	168.714,52
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.431.944,20	-186.343,55	-422.710,15
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	2.431.944,20	-186.343,55	-422.710,15

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Em 31 Dez 2007 (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-236.366,60	-2.854.654,35

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-2.863.764,88

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2007 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, art 53, inciso III - Anexo VII (Portaria STN Nº 587) R$ Milhares

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Jan a Dez/2007	Jan a Dez/2006
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	23.183.980,04	5.972.100,10	27.215.531,93	22.832.007,21
Receita Tributária	886.869,13	344.767,89	1.792.635,58	890.079,22
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Previdenciária	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	139.688,50	43.784,60	257.913,93	163.370,11
(-) Aplicações Financeiras	139.688,50	43.784,60	257.913,93	163.370,11
Transferências Correntes	21.469.967,58	5.619.595,64	25.326.969,97	21.559.089,64
Demais Receitas Correntes	827.143,33	7.736,57	95.926,38	382.838,35
Dívida Ativa	50.000,00	0,00	3.254,86	241.670,27
Diversas Receitas Correntes	777.143,33	7.736,57	92.671,52	141.168,08
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.176.331,46	400.000,00	1.992.833,33	1.310.171,77
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.100.000,00	400.000,00	1.992.833,33	1.310.171,77
Convênios	3.100.000,00	400.000,00	1.992.833,33	1.310.171,77
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	76.331,46	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	3.176.331,46	400.000,00	1.992.833,33	1.310.171,77
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII)=(I+VI)	26.360.311,50	6.372.100,10	29.208.365,26	24.142.178,98

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Jan a Dez/2007	Jan a Dez/2006
DESPESAS CORRENTES (VIII)	23.350.815,87	4.914.354,27	23.346.479,28	20.677.175,08
Pessoal e Encargos Sociais	12.280.261,17	2.501.346,77	12.276.892,59	10.537.894,62
Outras Despesas Correntes	10.939.498,19	2.395.998,20	10.938.530,18	10.069.934,39
Juros e Encargos da Dívida (IX)	131.056,51	17.009,30	131.056,51	69.346,07
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X)=(VIII-IX)	23.219.759,36	4.897.344,97	23.215.422,77	20.607.829,01
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.337.195,56	775.463,72	3.337.195,56	2.203.759,05
Investimentos	2.979.254,20	697.760,51	2.979.254,20	1.945.486,80
Inversões Financeiras	6.000,00	1.500,00	6.000,00	25.000,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integ.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	6.000,00	1.500,00	6.000,00	25.000,00
Amortização da Dívida (XIV)	351.941,36	76.203,21	351.941,36	233.272,25
Amortização da Dívida (XIV)	351.941,36	76.203,21	351.941,36	233.272,25
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV)=(XI-XII-XIII-XI	2.985.254,20	699.260,51	2.985.254,20	1.970.486,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII)=(X+XV+XVI)	26.205.013,56	5.596.605,48	26.200.676,97	22.578.315,81
RESULTADO PRIMÁRIO (VII-XVII)	155.297,94	775.494,62	3.007.688,29	1.563.863,17
SALDOS DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	---	---	1.424.164,96	---

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	280.311,50

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2007 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF,Art. 53, Inciso V - Anexo IX (Portaria STN Nº 471) R$ Milhares

PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos em 31 de dezembro de 2006	Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2006							
EXECUTIVO	708.546,79	168.714,52	66.005,16	642.541,63	168.714,52	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	708.546,79	168.714,52	66.005,16	642.541,63	168.714,52	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

ATOS OFICIAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2007/ BIMESTRE NOVEMBRO

Lei 9,394/96, Art. 72 - Anexo X (Portaria STN Nº 587) R$ Milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2007 (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	17.734.089,72	17.734.089,72	4.054.705,11	21.211.302,93	119,61
Receitas de Impostos	919.211,56	919.211,56	346.389,14	1.778.984,99	193,53
Impostos	870.369,21	870.369,21	344.112,16	1.770.484,02	203,42
Dívida Ativa dos Impostos	45.000,00	45.000,00	0,00	3.254,86	7,23
Multas, J. de Mora e Outros Encargos de Imp. e da Dívida Ativa	3.842,35	3.842,35	2.276,98	5.246,11	136,53
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	16.814.878,16	16.814.878,16	3.708.315,97	19.432.317,94	115,57
Cota-Parte FPM (85%)	5.433.717,43	5.433.717,43	1.310.196,11	6.161.755,75	113,40
Transf. Financeira ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/96(85%)	85.226,12	85.226,12	14.313,58	60.810,89	71,35
Cota-Parte ICMS (85%)	8.529.346,27	8.529.346,27	1.550.974,62	9.402.756,69	110,24
Cota-Parte IPI - Exportação (85%)	181.081,77	181.081,77	56.946,84	292.359,69	161,45
Parcela das Transf. Destinada à Formação do FUNDEF(II)	2.479.108,54	2.479.108,54	740.995,19	3.246.985,09	130,97
Cota-Parte ITR (100%)	67.446,91	67.446,91	34.706,54	362.236,59	537,07
Cota-Parte IOF-Ouro (100%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA (100%)	38.951,12	38.951,12	2.494,47	50.068,13	128,54
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	4.690.922,19	4.690.922,19	1.194.652,11	6.323.953,88	134,81
Transferências Multigovernamentais do FUNDEF (IV)	3.452.715,29	3.452.715,29	967.437,23	4.993.080,52	144,61
Transferências de Recursos do FUNDEF (V)	3.452.715,29	3.452.715,29	828.172,05	4.318.386,54	125,07
Complementação da União ao FUNDEF	0,00	0,00	139.265,18	674.693,98	0,00
Transferências do FNDE	619.103,45	619.103,45	124.611,44	681.456,68	110,07
Transferências do Salário-Educação	280.000,00	280.000,00	52.544,80	286.777,00	102,42
Outras Transferências do FNDE	339.103,45	339.103,45	72.066,64	394.679,68	116,39
Transf. de Convênios Destinadas a Prog. de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Operações de Crédito destinada à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Destinadas à Educação	4.071.818,74	4.071.818,74	1.070.040,67	5.642.497,20	138,57
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	19.945.903,37	19.945.903,37	4.508.362,03	24.288.271,72	121,77

DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No bimestre	Até o Bim (d)	% (d/c)
VINCULADAS ÀS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS	2.869.700,00	2.940.100,05	588.859,58	2.940.100,05	100,00
Despesas com Ensino Fundamental (VII)	2.780.000,00	2.856.814,21	572.757,92	2.856.814,21	100,00
Desp. c/Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas (VIII)	89.700,00	83.285,84	16.101,66	83.285,84	100,00
Outras Despesas com Ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VINCULADAS AO FUNDEF, NO ENSINO FUNDAMENTAL (IX)	3.315.400,00	4.079.720,84	1.075.352,04	4.079.720,84	100,00
Pagamento dos Profis. do Magist. do Ensino Fundamental (X)	2.416.900,00	3.255.436,23	818.107,50	3.255.436,23	100,00
Outras Despesas no Ensino Fundamental	898.500,00	824.284,61	257.244,54	824.284,61	100,00
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANC. C/OUTROS RECURSOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM O ENSINO (XI)	6.185.100,00	7.019.820,89	1.664.211,62	7.019.820,89	100,00

[se II > V] = PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEF (XII)	-
[se II < V] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEF	1.071.401,45

DEDUÇÕES DA DESPESA	VALOR
PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEF APLICADA NO EXERCÍCIO (XIII)	832.735,75

DEDUÇÕES DA DESPESA	VALOR
PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEF APLICADA NO EXERCÍCIO (XIII)	832.735,75
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE REC. PRÓPRIOS[1]	0,00
Despesas com Ensino Fundamental (XIV)	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
DESP. VINC. AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEF DO EXERC. ANTERIOR (XV)	0,00
TOTAL (XVI)	832.735,75

ATOS OFICIAIS

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS À EDUCAÇÃO	Aplicação Mínima em 2006 (e)	Aplicação Apurada em 2006 (f)	RESTOS A PAGAR	
			Inscritos em 31 de dezembro de 2006	Concelados em 2007 (g)
RP DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
RP DE DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

COMPENSAÇÃO DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS EM 2007	VALOR
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (XVII)	
ENSINO FUNDAMENTAL (XVIII)	
TOTAL DAS DESP. CONSID. P/FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (XIX) = [(VII + VIII + IX + XII)-(XVI)]	6.187.085,14

TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS[2]	%
MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - [(XIX - XVII) / I)] *CAPUT* DO ARTIGO 212 DA CF/88	29,17
MÍNIMO DE 60% DAS DESPESAS COM MDE NO ENSINO FUNDAMENTAL - [(VII + IX + XII) - (XIII + XIV + XV + XVIII) / (I x 0,25)] *CAPUT* DO ARTIGO 60 DO ADCT DA CF/88	115,10
MÍNIMO DE 60% DO FUNDEF NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENSINO FUNDAMENTAL - (X / IV) § 5º DO ARTIGO 60 DO ADCT DA CF/88	65,20

SALDO FINANCEIRO DO FUNDEF	Em 31 de dezembro de 2006	Jan a Dez 2007
	161.806,87	1.310.094,68

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (h)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2007 (i)	% (i/h)
ADMINISTRAÇÃO GERAL	216.400,00	191.050,36	40.556,89	191.050,36	100,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	280.000,00	279.177,74	69.944,25	279.177,74	100,00
ENSINO FUNDAMENTAL	6.864.715,29	7.446.129,17	2.011.451,80	7.446.129,17	100,00
ENSINO MÉDIO	355.000,00	479.359,61	98.731,29	479.359,61	100,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	139.700,00	83.285,84	16.101,66	83.285,84	100,00
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO	227.103,45	145.439,00	0,00	145.439,00	100,00
TOTAL DAS DESPESAS	8.082.918,74	8.624.441,72	2.236.785,89	8.624.441,72	100,00

FONTE:

[1] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, art. 53, § 1º, inciso I - Anexo XI (Portaria STN Nº 587) — R$ Milhares

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO A REALIZAR (b - a)
		No Bimestre	Nov a Dez (b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A REALIZAR (d - c)
		No Bimestre	Nov a Dez (d)	
DESPESAS DE CAPITAL				
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00

ATOS OFICIAIS

DESPESA DE CAPITAL LIQUIDA (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DIFERENÇA (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2007 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, art. 53, § 1º, inciso II - Anexo XIII (Portaria STN Nº 471) R$ Milhares

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS		DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	
	Valor (a)	% do PIB	Valor (b)	% do PIB	Valor (a-b)	% do PIB
2007	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2007 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, art. 53, § 1º, inciso III - Anexo XIV (Portaria STN Nº 471) R$ Milhares

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	SALDO A LIQUIDAR (c-d)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	EXERCÍCIO ANTERIOR (e)	DO EXERCÍCIO (f)=(b-d)	SALDO ATUAL (e+f)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2007 / SEMESTRE JULHO A DEZEMBRO

ADCT, Art. 77 - Anexo XVI (Portaria STN Nº 587) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A DEZ 2007 (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMP. E TRANSF. CONSTIT. E LEGAIS (I)	17.734.089,72	17.734.089,72	21.211.302,93	119,61
Impostos	870.369,21	870.369,21	1.770.484,02	203,42
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	48.842,35	48.842,35	8.500,97	17,40
Receitas de Transferências Constitucionais Legais	16.814.878,16	16.814.878,16	19.432.317,94	115,57
Transferências da União	6.560.321,00	6.560.321,00	7.928.717,16	120,86
Transferências dos Estados	10.254.557,16	10.254.557,16	11.503.600,78	112,18
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (II)	1.087.742,95	1.087.742,95	1.498.096,70	137,73
Da União para o Município	0,00	0,00	0,00	0,00
Do Estado para o Município	1.087.742,95	1.087.742,95	1.071.382,39	98,50
Demais Municípios para o Município	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	426.714,31	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	10.157.275,87	10.157.275,87	10.003.864,65	98,49
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEF	2.479.108,54	2.479.108,54	3.246.985,09	130,97
TOTAL	**26.500.000,00**	**26.500.000,00**	**29.466.279,19**	**111,19**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ 2007 (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	4.127.847,75	5.023.918,16	5.023.918,16	100,00
Pessoal e Encargos Sociais	3.035.378,40	3.952.050,61	3.952.050,61	100,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.092.469,35	1.071.867,55	1.071.867,55	100,00
DESPESAS DE CAPITAL	687.666,98	390.283,81	390.283,81	100,00
Investimentos	681.666,98	390.283,81	390.283,81	100,00
Inversões Financeiras	6.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	**4.815.514,73**	**5.414.201,97**	**5.414.201,97**	**100,00**

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ 2007 (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	4.815.514,73	5.414.201,97	5.414.201,97	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00

ATOS OFICIAIS

Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	**4.815.514,73**	**5.414.201,97**	**5.414.201,97**	**100,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCICIOS ANTERIORES VINCULADOS À SAÚDE	Aplicação Mínima em 2006 (f)	Aplicação Apurada em 2006 (g)	RESTOS A PAGAR	
			Inscritos em 31 de dezembro de 2006	Cancelados em 2007 (h)
RP DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	15,00	0,00	0,00	0,00
COMPENSAÇÃO DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS EM 2005 (VI)				**0,00**

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% [(V - VI)/I]	**25,53**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			JAN A DEZ 2007 (i)	% (i/total i)
ADMINISTRAÇÃO GERAL	55.000,00	29.074,08	29.074,08	0,54
ATENÇÃO BÁSICA	4.421.974,98	5.024.472,21	5.024.472,21	92,80
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	5.161,35	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	333.378,40	360.655,68	360.655,68	6,66
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.815.514,73	5.414.201,97	5.414.201,97	0,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS	-	-	0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**4.815.514,73**	**5.414.201,97**	**5.414.201,97**	**100,00**

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2007 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII (Portaria STN Nº 441) — R$ Milhares

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	No bimestre	Até o bimestre
Previsão Inicial da Receita	-	26.500.000,00
Previsão Atualizada da Receita	-	26.500.000,00
Receitas Realizadas	6.415.884,70	29.466.279,19
Saldos de Exercícios Anteriores	-	1.424.164,96
Deficit Orçamentário	-	0,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	No bimestre	Até o bimestre
Dotação Inicial	-	26.500.000,00
Dotação Atualizada	-	26.688.977,15
Despesas Empenhadas	3.608.408,94	26.683.674,84
Despesas Liquidadas	5.689.817,99	29.466.279,19
Superavit Orçamentário	-	2.782.604,35

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	No bimestre	Até o bimestre
Despesas Empenhadas	3.608.408,94	26.683.674,84
Despesas Liquidadas	5.689.817,99	26.683.674,84

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre
Receita Corrente Líquida	27.473.445,86

RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDENCIA	No bimestre	Até o bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III - IV)	0,00	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	-2.863.764,88	-2.854.654,35	99,68
Resultado Primário	280.311,50	3.007.688,29	1.072,98

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancela-mento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo
POR PODER E MINISTERIO PUBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	168.714,52	66.005,16	642.541,63	168.714,52
Poder Executivo	168.714,52	66.005,16	642.541,63	168.714,52
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**168.714,52**	**66.005,16**	**642.541,63**	**168.714,52**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até DEZEMBRO
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manut. e Desen. do Ensino	6.187.085,14	25%	29,17
Mínimo Anual de 60% das Despesas com MDE no Ensino Fundamental	4.079.720,84	60%	115,10
Mínimo Anual de 60% do FUNDEF na Remuneração dos Prof. do Ensino Fund.	3.255.436,23	60%	65,20

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo a Realizar

ATOS OFICIAIS

Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	0,00	0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III - IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.414.201,97	15,00	25,53

Fonte:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DE SENTENÇAS JUDICIAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Artigos 19, § 4º e 30º, § 7º da L.C. 101/00 (Portaria TCM/BA Nº 460) R$ Milhares

BENEFICIÁRIO	DETERMINAÇÃO		Nº NE de Origem	PAGAMENTO		
	Data	Valor		Data	Valor	Nº do PP
PEDRO JOSÉ SOUZA DE OLIVEIRA	13/12/2007	2.500,00	3054	13/12/2007	2.500,00	5123
NEURAM MARTINS SANTANA ALVES	29/11/2007	2.500,00	3561	21/12/2007	2.500,00	5428
TOTAL		5.000,00			5.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2007 A DEZEMBRO DE 2007

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I (Portaria STN Nº 586) R$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA ULTIMOS 12 MESES
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.624.846,96
Pessoal Ativo	11.624.846,96
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00

ATOS OFICIAIS

Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	548.975,12
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	
Contribuições Patronais	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I-II+III)	**12.173.822,08**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	**27.473.445,86**
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV/V)*100	**44,31**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art.20 da LRF) - 54,00%	**14.835.660,76**
LIMITE PRUDENCIAL, (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,30%	**14.093.877,73**

FONTE:
NOTA:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2007

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II (Portaria STN Nº 586) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2007		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.393.635,28	5.309.448,68	5.194.405,69	5.257.823,94
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.249.306,82	1.240.086,47	1.203.590,56	1.212.549,91
Precatórios Posteriores à 05/05/2000 (Inclusive)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Inferiores à 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	4.144.328,46	4.069.362,21	3.990.815,13	4.045.274,03
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	4.144.328,46	4.069.362,21	3.990.815,13	4.045.274,03
Previdenciárias	4.144.328,46	4.069.362,21	3.990.815,13	4.045.274,03
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPPs	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.961.691,08	5.306.712,18	5.450.109,82	5.680.534,09
Ativo Disponível	3.670.237,87	5.423.615,52	5.522.364,98	5.849.248,61
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	708.546,79	116.903,34	72.255,16	168.714,52
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios anteriores à 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) = (I - II)	2.431.944,20	2.736,50	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	22.995.377,31	24.228.027,69	25.899.797,91	27.473.445,86
% da DC sobre a RCL	23,46	21,91	20,06	19,14
% da DCL sobre a RCL	10,58	0,01	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: 120,00%	27.594.452,77	29.073.633,23	31.079.757,49	32.968.135,03

FONTE:
NOTA:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2007

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III (Portaria STN Nº 440) R$ (1,00)

GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2007		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AVAIS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00

ATOS OFICIAIS

Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
FIANÇAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS GARANTIAS (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DAS GARANTIAS (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	22.995.377,31	24.228.027,69	25.899.797,91	27.473.445,86
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	5.058.983,01	5.330.166,09	5.697.955,54	6.044.158,09

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2007		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AVAIS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
FIANÇAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTRAGARANTIAS (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:
NOTA:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2007

LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV (Portaria STN Nº 440) R$ Milhares

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V)	0,00
Externas	0,00
Internas	0,00
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (VI)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V + VI)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	27.473.445,86
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS sobre A RCL	0,00
% das OPERAÇÕES DE CREDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA sobre a RCL	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇAO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	4.395.751,34
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇAO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	1.923.141,21

FONTE:
NOTA:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2007

LRF, Art. 55, inciso III, alínea"a" - Anexo V (Portaria STN Nº 440) R$ Milhares

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL		**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**	
Disponibilidade Financeira	5.849.248,61	Depsitos de Diversas Origens	373.962,89
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	168.714,52
Bancos	4.073.758,23	Do Exercicio	168.714,52
Conta Movimento	1.037.368,88	De Exercicios Anteriores	0,00
Contas Vinculadas	131.593,19	Outras Obrigaes Financeiras	0,00
Aplicaes Financeiras	2.904.796,16		
Outras Disponibilidades Financeiras	1.775.490,38		
Bancos c/ Fundos Especiais	0,00		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	465.395,70		
FUNDEB	1.310.094,68		
	0,00		

ATOS OFICIAIS

SUBTOTAL	**5.849.248,61**	**SUBTOTAL**	**542.677,41**
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM R. P. NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM R. P. NÃO PROCESSADOS (II)	**5.306.571,20**
TOTAL	**5.849.248,61**	**TOTAL**	**5.849.248,61**
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			**0,00**
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			**5.306.571,20**

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL		**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**	
Regime Previdênciário	0,00	Regime Previdenciário	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM R. P. NÃO PROCESSADOS (V)	**0,00**	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM R. P. NÃO PROCESSADOS (VI)	**0,00**
TOTAL	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (III)			**0,00**

DÉFICIT	**0,00**	**SUPERÁVIT**	**0,00**

FONTE:
NOTA:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2007

LRF, Art. 55, inciso III, alinea"b" - Anexo VI (Portaria STN Nº 440) — R$ Milhares

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
EXECUTIVO	708.546,79	168.714,52	0,00	5.071.851,52	0,00
TOTAL	708.546,79	168.714,52	0,00	5.071.851,52	0,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:
NOTA:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2007

LRF, Art. 54 - Anexo VII (Portaria STN Nº 440) — R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa Liquida com Pessoal nos 12 Ultimos Meses	12.173.822,08	44,31
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	14.835.660,76	54,00%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	14.093.877,73	51,30%

DIVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL

ATOS OFICIAIS

Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	32.968.135,03	120,00%

GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	0,00	0,00

Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.044.158,09	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	4.395.751,34	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.923.141,21	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	0,00	5.071.851,52

FONTE:
NOTA: